

É POSSÍVEL UM REALISMO PRAGMATISTA? QUINE E O NATURALISMO

IT'S POSSIBLE A PRAGMATIC REALISM? QUINE AND THE NATURALISM

Marcos Bulcão Nascimento

Universidade de São Paulo; FAPESP

bulcao71@uol.com.br

Resumo: Embora Quine seja algo relutante em ver seu nome associado à tradição pragmatista, fato é que as proximidades conceituais superam as distâncias e que, deste modo, o naturalismo quineano pode bem ser compreendido como uma versão particular do pragmatismo ou, em outras palavras, uma filosofia de colorações caracteristicamente pragmatistas. Particularmente significativa é sua declaração de que a semântica behaviorista — um traço distintivo do pragmatismo — poderia ser listada por ele como o sexto grande passo do empirismo pós-humeano, mas que ele não o fez por vê-la “como parte integrante do naturalismo”. Ora, partindo disso e considerando que o naturalismo quineano é também um realismo, cabe-nos ver se ou como uma concepção realista pragmatista se sustenta. Assim, o que aqui queremos explorar, ainda que brevemente, é (1) o alinhamento de Quine à tradição pragmatista e (2) o fato de que o realismo naturalista de Quine pode também ser pensado e concebido como um realismo pragmatista.

Palavras-chave: Naturalismo. Realismo. Pragmatismo. Linguagem. Crença.

Abstract: *Although Quine is somehow reluctant about seeing his name associated to the pragmatist tradition, it is a fact that the conceptual similarities between them outweigh their differences and, hence, that the Quinean naturalism may well be understood as a particular version of pragmatism or, in other words, a philosophy with typically pragmatist colours. Particularly significant is his claim that behaviouristic semantics — a distinctive trait of pragmatism — could be listed as the sixth milestone of the post-humean empiricism, but he preferred not to do it, for he already saw it “as an integrant part of naturalism”. Or, accepting that and considering that Quinean naturalism is also a realism, it is to be examined whether or how a pragmatic realism may be sustained. In other words, what we want here to exploit, though briefly, is (1) Quine’s line-up to the pragmatic tradition and (2) the fact that his naturalistic realism can also be thought and conceived as a pragmatic realism.*

Key-words: *Naturalism. Realism. Pragmatism. Language. Belief.*

* * *

Introdução

Quine é freqüentemente tido como o grande crítico do empirismo clássico. De fato, no projeto quineano, seus interlocutores privilegiados foram os defensores do chamado empirismo tradicional, cujos “dois dogmas” Quine denunciou em seu famoso artigo. Podemos mesmo dizer que o projeto quineano como um todo teve em mente uma espécie de “reorientação” desse empirismo, uma reorientação que implicava precisamente livrá-lo de seus dogmas e que pôde ser levada a cabo mediante seu aclamado naturalismo.

O que foi pouco explorado, porém, é o fato de que o naturalismo quineano, mesmo se originalmente concebido como resposta ao empirismo tradicional, acaba por nos fornecer também os instrumentos conceituais necessários para reorientar o realismo em ciência. O que foi pouco explorado, sobretudo, é o fato de que toda a obra de Quine pode ser pensada como a “construção laboriosa, rica e quase paradoxal de um novo realismo”, um realismo que dá, em última instância, todo o sentido e originalidade a seu naturalismo. Nesse sentido, explorar o debate sobre o realismo, particularmente o científico, afigura-se desde já como um fio condutor privilegiado para mostrar como Quine, a partir de um empirismo sem dogmas, erige

um realismo sem dogmas, o seu realismo naturalista. Cabe, de outro lado, mostrar — ou melhor, ratificar — o alinhamento de Quine à tradição pragmatista no intuito de defender a pertinência da noção de um realismo pragmatista.

I

O realismo científico, nós podemos definir brevemente como uma tese filosófica que argumenta a favor da idéia de que as teorias científicas descrevem o mundo apropriadamente. Admite que a ciência ambiciona a verdade e que tem tido sucesso em sua busca. Seu argumento principal, bastante plausível à primeira vista, é que ou as teorias científicas da ciência moderna realmente descrevem apropriadamente o mundo (ainda que apenas aproximadamente), ou o seu incrível sucesso preditivo só poderia ser obra de um milagre (BOYD 1984, p. 49).

O argumento central do realismo científico diz então que devemos, dado o fantástico sucesso preditivo, crer que essas entidades inobserváveis supostas ou postuladas (a) realmente existem e (b) são aproximadamente tais como as descrevem as teorias científicas maduras.

Podemos desde logo perceber que, embora o problema central do realismo científico diga respeito, naturalmente, à assunção de objetos em geral, há claramente um enfoque especial concernindo à assunção de objetos inobserváveis. Com efeito, é em relação a estes que as principais argumentações — e objeções — têm lugar. Devemos ou não crer em objetos inobserváveis? — eis a pergunta que guia todo o debate.

A confiança na crença de tais objetos estaria atrelada à confiança no sucesso das respectivas teorias científicas que os postulam. A desconfiança, por sua vez, diria respeito, por exemplo, à constatada falibilidade das teorias científicas, à alteração freqüente em sua ontologia (muitas vezes radical) ou, ainda, aos argumentos a respeito de sua subdeterminação em relação aos dados. A desconfiança diria respeito, portanto, à falta de uma garantia contumaz, definitiva, absoluta quanto a tal existência. Não havendo tal garantia, por que deveríamos dar nosso assentimento a tais objetos? Van Fraassen pode ser aqui invocado para sumariar o ponto: deveríamos crer no que as teorias científicas nos dizem a respeito dos observáveis; quanto aos inobserváveis, continuemos agnósticos (VAN FRAASSEN, 1980).

Em outras palavras, seja pela falibilidade, seja pela suposta arbitrariedade envolvida nos casos de subdeterminação, não pareceríamos ter razões, garantias suficientes para crer em tais entidades. Naturalmente, dada sua utilidade no processo científico, teríamos de aceitá-las, em alguma medida, como parte da teoria; mas nossa crença, pareceria mais prudente recusá-la.

Ora, acontece que o naturalismo nos oferece um novo modo de pensar as relações entre conhecimento e crença, particularmente no que diz respeito à questão da assunção ontológica. O que Quine nos faz perceber é que nossa aceitação de uma ontologia se torna “similar em princípio à nossa aceitação de uma teoria científica, por exemplo, um sistema de física: nós adotamos, pelo menos na medida em que somos razoáveis, o esquema conceitual mais simples nos quais os fragmentos desordenados da experiência bruta podem ser agrupados e arranjados” (QUINE 1953, p. 6).

Ora, acontece ainda que, dada a concepção holista de ciência, a evidência que suporta a nossa melhor teoria disponível a suporta como um todo e, nesse caso, não pareceríamos mais bem garantidos em crer numa parte da teoria (por exemplo, aquela concernente aos objetos observáveis) do que na outra. Além disso, todos os objetos são, na visão quineana, teóricos, de modo que a diferença entre os objetos observáveis e inobserváveis, se há alguma importante, é de grau.

Nesse raciocínio, o grau “superior” de confiabilidade de que os objetos observáveis parecem desfrutar pode ser explicado pelo fato de que os enunciados que afirmam sua existência são enunciados aos quais nós não veríamos como renunciar. Nesse caso, a alta confiabilidade em relação aos objetos observáveis se deveria ao fato de que não saberíamos (ou não imaginaríamos como seria) viver, sistematizar a nossa experiência, cotidiana e outra, sem fazer a eles referência (além disso, poderíamos lembrar ainda que é a tais conceitos que voltamos quando a comunicação enfrenta problemas; é sobre eles que temos menos mal-entendidos na comunicação).

De outro lado, a “inferioridade” — e portanto desconfiança — em relação aos objetos inobserváveis, conversamente, estaria calcada em que, num certo sentido, podemos conceber como seria a vida, a sistematização da experiência, cotidiana e outra, sem a eles fazer referência. Concebemos isso pelo fato de que vemos a história da ciência presentear-nos com exemplos de entidades descartadas, vemos a história da ciência acenar-nos com modos revolucionários de pensar as partículas elementares, porque vemos até mesmo a ciência acenar-nos com a possibilidade de sequer pensarmos em termos de partículas elementares. Entretanto, se é verdade que podemos conceder algum tipo de privilégio epistemológico aos objetos observáveis, isso não deve servir de argumento, por sua vez, para a retirada da crença nos objetos inobserváveis. Isso porque, se compreendermos que tipo de evidência temos para a assunção de objetos, observáveis e inobserváveis, poderemos compreender que essa “prudência agnóstica” deve dar lugar a uma crença, a uma crença matizada, por certo, mas a uma crença.

O ponto-chave aqui é que, “tendo notado, deste modo, que o homem não tem evidência para a existência de corpos além do fato de que sua assunção o ajuda a organizar a experiência, nós deveríamos, em vez de desacreditar a evidência para a existência de corpos, concluir: tal, então, no fundo, é o que evidência é, tanto para corpos ordinários como para moléculas” (QUINE 1976, p. 238)(nossos grifos).

O que o naturalismo faz, assim, é compreender a ciência como um empreendimento humano, falível por certo, mas que, por não haver uma filosofia primeira ou tribunal superior, deve ela resolver seus próprios problemas, suas próprias questões, com os recursos que lhe são disponíveis. Faltando um árbitro superior, a ciência decide sobre seus problemas e respostas, sobre seus métodos para resolvê-los bem como sobre a confiabilidade relativa deles. Concebendo-se, desde o ponto de partida, como falível, a ciência nessa visão naturalista não pretende obter justificações e garantias absolutas. As justificações e garantias, ela as obtém a partir do respeito ao seu método hipotético-dedutivo, método de hipótese e teste de suas predições. Método este que está, ele também, sujeito a alterações, melhorias, correções: ou seja, um método que se revelou, até aqui, o melhor método de que dispomos, mas que não oferece nenhum tipo de garantia absoluta.

II

Ora, acontece que uma parte importante da investigação científica diz respeito ao que existe, ao que é real. A ciência oferece uma resposta a tais questões, sempre via conceitos feitos pelo homem, e não pode oferecer melhor (nem precisamos pedir mais). Não podendo escapar para um esquema conceitual exterior, privilegiado, infalível, a ciência pensa a questão da verdade imanentemente. Desde então, perde sentido ou legitimidade toda busca que persiste em tentar definir como é ou seria a realidade em termos absolutos, uma realidade que seria concebida transcendentemente ao pensar em modos de existência fora dos parâmetros ditados pela própria ciência.

Mas, sendo esse o caso, vemos que assumir uma postura naturalista implica recusar parte crucial do próprio cenário em que a argumentação realista científica tem lugar. O cenário em questão é o apelo para uma noção transcendente de verdade (e realidade) com que se compromete o realismo científico.

Estabelecer essa distinção é crucial. De fato, essa distinção mostra imediatamente por que a “conciliação” propiciada pelo naturalismo (entre relatividade ontológica e realismo) não está disponível para o realismo científico. Isso significa, em primeiro lugar, que aquilo que conta como condição necessária e suficiente para um realista se dizer “científico” não é o que conta como condição necessária e suficiente para um realista se dizer “naturalista”. De outro lado, isso significa que aquilo que conta como crítica e ameaça à postura realista científica não necessariamente se constitui como crítica ou ameaça à postura realista naturalista.

Que Quine não pode ser um realista científico, esse é um ponto praticamente incontroverso. Que Quine não possa abraçar nenhuma concepção de realismo, isso é que tentamos mostrar não ser o caso. A possibilidade de reconciliação entre realismo e relatividade ontológica é o naturalismo, com sua concepção imanentista de verdade e realidade. O que vemos é que essa “redefinição do cenário” não apenas permite a Quine ser realista, mas mesmo o obriga, num certo sentido, a sê-lo.

O ponto importante a ressaltar aqui é que, apesar de criticar severamente a posição realista científica, as doutrinas anti-realistas parecem aceitar, ainda que tacitamente, as “regras do jogo”, elas parecem desenvolver todo seu enredo no interior desse “cenário”. Realmente, o que parece ser tacitamente assumido também pelo anti-realismo é a existência possível de uma teoria verdadeira que pode servir de parâmetro último, capaz de fornecer as respostas cabais para todas as nossas possíveis questões. Vamos explorar um pouco essa idéia.

O realista científico diz que as teorias científicas atuais, dado seu sucesso preditivo, devem ser consideradas boas aproximações em relação a essa teoria verdadeira última. Nesse caso, as entidades postuladas por tais teorias são assumidas como existentes e aproximadamente tais como as descrevem as teorias científicas atuais. A posse efetiva de tal teoria final decidiria a questão, isto é, diria se realmente as nossas seqüências de teorias constituíram aproximações sucessivas a essa descrição verdadeira última. Definiria, por exemplo, se elétrons existem e quão próxima da verdade a descrição do elétron fornecida pela teoria T chegou. A aceitabilidade da proposta do realismo científico depende assim, em primeiro lugar, da noção de uma teoria verdadeira última e, em segundo lugar, do fato de as teorias científicas atuais se aproximarem dessa verdade. A existência de tal teoria ultimamente verdadeira, por sua vez, implica a aceitação de uma noção transcendente de verdade.

O anti-realista, por outro lado, diz não saber se tais entidades existem realmente ou não. Quarks podem existir realmente ou não, mas dadas as nossas condições presentes de conhecimento (que incluem considerações sobre subdeterminação, por exemplo), não temos como decidir a respeito. Acreditamos que a teoria dá conta dos fenômenos, mas o máximo que podemos fazer é crer em sua verdade quanto aos observáveis (lembramos de Van Fraassen: o cientista só deve crer na adequação empírica da teoria, isto é, que ela é verdadeira quanto aos observáveis). Quanto aos inobserváveis, devemos ser agnósticos.

Acontece que, recusada a noção de uma verdade transcendente, não fica bem claro o que significa ser, em princípio, agnóstico sobre a existência dos objetos inobserváveis.

É claro que uma posição naturalista não impede o cientista de declarar-se agnóstico sobre a existência de determinadas entidades. Entretanto, não se trata de um agnosticismo “em princípio”. Antes, quando um cientista declara ser agnóstico ou ter dúvidas sobre um determinado aspecto da teoria científica — digamos, a postulação de certa entidade —, suas dúvidas devem ser entendidas como tensões internas à própria teoria científica, como uma

espécie de “falha”, se se quiser, por parte desse aspecto da teoria ou dessa entidade, em satisfazer os próprios critérios do método científico.

A ciência presente pode, assim, ter dúvidas, questões não muito bem definidas e algumas respostas em aberto; entretanto, se somos naturalistas, nenhuma dessas dúvidas tem suas possíveis respostas fora de uma ciência humana, atual. Na verdade, o ponto é estabelecido por Quine de modo ainda mais impactante: se não há verdade a ser encontrada fora da ciência, se a ciência presente é o árbitro mais elevado para decidir questões de verdade e realidade, então a conclusão que se impõe é que, dentro do naturalismo, não há questões que sejam ao mesmo tempo significativas e em princípio irrespondíveis.

Realmente, tratando verdade e realidade imanentemente, recusando pontos de vista privilegiados exteriores ou futuros, é a ciência atual que tem a palavra final sobre o que considerar como existente ou não. Ora, se a ciência atual tem a palavra final, não há como sustentar que incertezas sobre matéria de existência sejam em princípio insolúveis dentro da própria ciência. Deste modo, um agnosticismo *tout court* sobre inobserváveis, não importa quão amplas e boas sejam as evidências que venham a estar disponíveis para o cientista, não parece aqui ter lugar. Se a ciência for tida como o árbitro final e mais elevado, uma atitude realista quanto às entidades requeridas para a teoria ser verdadeira — no caso de satisfeitos os critérios metodológicos do método científico em questão — parece decorrer naturalmente.

Essa algo longa digressão sobre agnosticismo e anti-realismo tem o intuito de realizar um trabalho de descolagem. Com efeito, trata-se de descolar a proposta quineana não apenas do realismo científico, mas das tradicionais propostas anti-realistas. A descolagem mais importante, então, é a descolagem desse “óbvio anti-realismo científico quineano” das tradicionais propostas anti-realistas em filosofia da ciência. Tal descolagem é crucial para perceber, desde já, que esse anti-realismo científico quineano não se alinha junto às demais propostas anti-realistas científicas, para perceber que Quine é não apenas um anti-realista científico, mas também — se nos for permitida a expressão — um anti-anti-realista científico. Recusado o cenário anterior, isto é, recusados ambos os lados da contenda, resta a Quine assumir a posição que lhe cabe, a de realista, sim, mas um realista naturalista.

A consequência que talvez tenhamos de tirar, portanto, é não que Quine não possa ser um realista — ele o é — mas que, para Quine, o discurso, as palavras e conceitos utilizados não têm nenhum vínculo essencial com a natureza descrita. Usamos o discurso para falar da realidade, sim, mas o mesmo não é, em nenhum sentido — para tomar de empréstimo uma expressão de Rorty — um “espelho da natureza”.

IV

Ora, cabe ver aqui que essa posição (realista) do naturalismo quineano poderia ser pensada como inteiramente compatível, nas suas linhas principais, com a posição pragmatista em geral. Por brevidade e para efeito de argumentação, tomemos Rorty como exemplo privilegiado.

Em primeiro lugar, poderíamos considerar — como fez Rorty — como um traço distintivo do pragmatismo uma atitude notoriamente “anti-essencialista” a respeito das principais noções epistemológicas, tais como ‘verdade’, ‘conhecimento’, ‘linguagem’ e, conseqüentemente, ‘realidade’ (MURPHY, 1993, p. 141), atitude essa inteiramente partilhada por Quine e seu naturalismo.

De outro lado, porém, Rorty sabidamente não dá seu aval a nenhum tipo de posição realista. Seria, antes, mais fácil caracterizá-lo como “anti-realista”, pelo menos no sentido de que “anti-realistas são filósofos que negam que faça sentido pensar da realidade como é em si

mesma, na abstração do modo em que ela é representada no juízo humano” (RORTY, 1995, p. 9).

Ocorre, todavia, que, nesse sentido, Quine também é um anti-realista. Ocorre que Quine é também, entretanto e além disso, um anti-anti-realista. Como também o é Rorty. O importante a perceber, assim, é que tanto Quine quanto Rorty rejeitam ambos os lados dessa contenda. Em outras palavras, o que temos de perceber é que ambos operam uma espécie de “redefinição de cenário” da discussão epistemológica, redefinição esta que destitui de sentido a contenda tradicional entre realismo e anti-realismo.

Realmente, como declara Rorty, “digo que a questão representacionalismo X anti-representacionalismo é distinta da questão realismo X anti-realismo, porque a última surge apenas para os representacionalistas” (RORTY, 1995, p. 2)(nossos grifos).

Assim, vemos, também Rorty redesenha o cenário de discussão epistemológica, também Rorty rejeita toda e qualquer posição filosófica que apele para padrões superiores e transcendentais de justificação. “Os anti-representacionalistas querem eliminar os pseudo-problemas dos representacionalistas” (RORTY, 1995, p. 3).

Ora, o mesmo pode ser pensado do naturalismo, no sentido de que também ele rejeita aquelas filosofias que recorrem a esquemas transcendentais de justificação. Deste modo, se, de um lado, nós poderíamos dizer de Quine que ele é “anti-representacionalista” (nesse sentido rortiano), de outro lado, nós poderíamos dizer de Rorty que ele é “naturalista” (naquele sentido quineano).

IV

Poderíamos ir além e dizer que Rorty poderia bem ser capaz de, coerentemente com suas posições, defender ou mesmo assumir uma postura realista (naturalista)? Acreditamos que sim.

O ponto que deve ser reforçado, portanto, é que o realismo (e anti-realismo) rejeitado por Rorty é da mesma ordem daquele realismo (e anti-realismo) rejeitado por Quine. O ponto que deve ser defendido, de outro lado, é que o realismo proposto por Quine é inteiramente compatível com o anti-representacionalismo rortiano.

Mas por que Rorty não teria, ele mesmo, endossado, explicitamente, essa posição? Duas razões podem ser aventadas, especuladas.

A primeira é que Rorty parece não se importar em ‘perder’ o conceito filosófico de ‘realismo’, preferindo antes, num certo sentido, dissolver o debate tradicional entre realismo X anti-realismo a resolvê-lo. De fato, opor representacionalismo a anti-representacionalismo foi um modo encontrado de desqualificar toda e qualquer contenda que contenha, para seu suporte e compreensão, apelo a noções e conceitos “transcendentais”, chamando a atenção para o perigo de recorrer a modos, em última instância, dogmáticos de justificação.

A segunda, conectada ou não à primeira, é que o realismo quineano não desfrutou de grande adesão por grande parte da comunidade filosófica, que insistiu — equivocadamente, a nosso ver — que Quine não poderia compatibilizar uma tese realista com sua tese da relatividade ontológica. Ora, essa crítica é fruto de uma dupla incompreensão, tanto em relação à tese da relatividade ontológica (particularmente em sua relação com a importante tese de subdeterminação) quanto à tese realista. No caso que agora nos concerne, a falha foi justamente não reconhecer que o realismo defendido por Quine não se alinha ao debate tradicional entre realismo e anti-realismo, foi não reconhecer que o realismo proposto por Quine exige uma resignificação filosófica do conceito de ‘realismo’.

V

Quando os críticos dizem, assim, que a postura realista quineana nada tem de realista, eles simplesmente falham em reconhecer isso, falham em reconhecer essa mudança no cenário de discussão epistemológica.

Tomemos como analogia o debate histórico a respeito da noção de conhecimento. Se entendermos a noção de conhecimento como epistème ou conhecimento absolutamente certo, eterno, indubitável, poderíamos bem ser levados a admitir que o conhecimento é impossível. Acontece que, assumindo isso, ficaríamos como que “órfãos”, sem poder recorrer a uma noção, a um conceito de extrema importância filosófica.

Diante disso, porém, os filósofos optaram não por abandonar a noção de conhecimento, mas por resignificá-la, redefini-la. Não foi um processo simples ou rápido, mas a noção de conhecimento agora comporta falibilidade, graus de confiabilidade, probabilidade, incerteza, e hoje nos parece plenamente natural assim pensarmos.

Ora, o problema, a nosso ver, é que a noção de realismo precisa, mutatis mutandis, acompanhar o mesmo processo de resignificação. O problema todo parece estar em que precisamente a discussão sobre realismo versus anti-realismo protagoniza o último ou um dos últimos baluartes da “vontade de absoluto” em matérias epistemológicas.

Sim, porque se é verdade que as reflexões epistemológicas contemporâneas nos fizeram aceitar que nossas melhores teorias científicas são falíveis, a doutrina do realismo científico como que reintroduz — pela porta dos fundos — a noção de conhecimento absoluto ao tácita ou explicitamente postular uma teoria ultimamente verdadeira, verdade da qual nos aproximaríamos com nossas teorias científicas atuais, crescentemente poderosas. Ora, é essa reintrodução do absoluto — ilegítima a nosso ver porque apela para uma noção transcendente de verdade — que precisamente norteia o debate entre realismo e anti-realismo científicos.

Mas se assim é, quer nos parecer que, no momento em que realmente conseguirmos abdicar dessa idéia de uma teoria ultimamente verdadeira e assumirmos toda tentativa de conhecimento como um empreendimento eminentemente humano e falível, sem pretensões absolutas ou transcendentais de justificação, agora ou adiante, acabaremos fatalmente por perceber que o debate tradicional entre realismo e anti-realismo científicos perdeu seu único sustentáculo e não tem mais lugar ou mesmo pertinência.

Ora, no momento em que isso acontecer, teremos de decidir se queremos ficar “órfãos” dessa noção, desse conceito filosófico de inequívoca importância e utilidade ou se, como tantas outras vezes na história da filosofia, optaremos por resignificar, redefinir o conceito de realismo de um modo condizente e consistente com a evolução do resto do debate epistemológico.

Ora, quer nos parecer que essa resignificação, essa redefinição já pode ser vislumbrada a partir do naturalismo quineano e que, assim, sua concepção de realismo pode fazer plena justiça ao estado atual das reflexões filosóficas.

* * *

Um adendo pode ser feito aqui. Observe-se que, ao defender o abandono dos “absolutos” em filosofia, naturalmente entendemos que isso representa um “progresso” em relação ao modo de pensar anterior. No entanto, concebemos esse “progresso” de modo “trivial”. Trivial no sentido de que nós sempre e naturalmente defendemos aquelas concepções que acreditamos serem as melhores, segundo nossos parâmetros presentes.

Em nenhum momento, porém, tem essa idéia de “progresso” qualquer relação com uma “direção” preestabelecida, nem tampouco implica isso que as doutrinas filosóficas futuras serão, necessariamente, melhores do que as passadas. Naturalmente, nunca queremos mudar para pior. Mas nunca estamos livres de dizer, retroativamente, que tal caminho tomado

foi ruim ou equivocado. Em cada momento pontual, porém, dentro de nossa visão, de nosso sistema global de mundo, temos valores e parâmetros a partir dos quais julgar os méritos e deméritos das teorias ou concepções concorrentes. Deste modo, coerente com a postura naturalista (e/ou pragmatista), no presente, de acordo com os parâmetros atuais, imanentes a essa visão, entendemos que a filosofia tem a ganhar, e muito, com o abandono dos absolutos .

VI

As aproximações entre as filosofias quineana e rortyana saltam aqui aos olhos. Com efeito, nesse ponto seria proveitoso lembrar o estreito parentesco conceitual entre a posição “etnocêntrica” rortyana e o naturalismo quineano. De fato, ambas as posições apontam inequivocamente para o fato de que levamos e devemos levar a sério nossas próprias escolhas e que estamos dispostos a justificá-las e defendê-las. Ambas defendem a posição de que não há valor absoluto, não há ponto de vista neutro de onde privilegiadamente julgar.

Comparemos por exemplo a definição rortyana de “etnocentrismo, a visão de que nossas próprias crenças presentes são aquelas que usamos para decidir como aplicar o termo ‘verdadeiro’” (RORTY, 1995, p. 50) e a posição naturalista, segundo a qual “diferentemente de Descartes, nós professamos e usamos nossas crenças do momento” (QUINE, 1960, p. 25); “estamos sempre a falar no interior do nosso sistema em movimento, quando atribuímos verdade” (QUINE, 1981, pp. 33-4).

O ponto parece ser, então, que, não reconhecendo o naturalismo nenhuma verdade mais elevada do que aquela que a ciência oferece ou procura, nós não podemos senão falar sempre de dentro de nosso sistema de mundo corrente quando estamos atribuindo verdade, não há outro modo de falar. É certo que “nosso sistema muda, sim. Quando ele o faz, não dizemos que a verdade mudou com ele; dizemos que nós havíamos erroneamente suposto que algo era verdadeiro e aprendemos depois que não. Falibilismo é a palavra-chave, não relativismo. Falibilismo e naturalismo” (QUINE, 1981, pp. 33-4).

Quine lembra, nesse ponto, que Peirce já tentara naturalizar a verdade, identificando-a com o “limite ideal” da pesquisa científica. Quine não vê problemas em aceitar essa idéia, que depende naturalmente de assunções otimistas a respeito do progresso na ciência, mas a aceita enquanto uma espécie de metáfora, a qual se poderia dizer que reflete, no fim das contas, o próprio processo de “dar e tomar” dos cientistas, o próprio processo de “conjectura e refutação”. “Verdade como meta permanece o uso estabelecido do termo, e eu consinto nele como apenas uma vívida metáfora para nosso ajuste continuado de nossa imagem do mundo a nosso influxo neural. Metáfora é talvez uma categoria conveniente na qual acomodar conceitos transcendentais, de um ponto de vista naturalista” (QUINE, 1995, p. 261).

VII

Pudemos constatar, ao longo dessas linhas, aproximações conceituais entre Quine e Rorty que nos parecem decisivas para a afirmação de que, sim, Rorty poderia endossar o realismo quineano. Com efeito, sua doutrina “etnocêntrica”, “pragmatista”, “anti-representacionalista”, parece caminhar de mãos dadas com o naturalismo quineano em relação aos principais tópicos acima desenvolvidos.

O que, entretanto, Rorty não fez foi resgatar a noção de realismo, foi empreender a tarefa de reincorporá-la ao vocabulário filosófico já lhe provendo de uma nova significação.

Talvez preocupado em prolongar um debate que, segundo ele, há muito deveria estar extinto, Rorty preferiu — ao opor representacionalismo X anti-representacionalismo — dissolver o problema, mostrando que ambos os lados da contenda são inaceitáveis.

Quine, de seu lado — sem jamais mencionar a polêmica realismo X anti-realismo em sua obra, é interessante notar — opta por tirar todas as conseqüências filosóficas de seu naturalismo e, ao fazê-lo, percebe que não pode senão adotar uma postura realista. E, ao fazê-lo, incidentalmente nos oferece um novo tipo de realismo, um realismo descolado de seus antigos dogmas e pressupostos.

Ora, precisamente o que sugerimos nesse artigo é que essas conseqüências tiradas do naturalismo quineano são extensíveis ao pragmatismo rortiano, isto é, que se pode endossar o todo de sua postura pragmatista, anti-representacionista, sem que seja preciso erradicar, por esse mesmo fato, toda e qualquer noção de realismo.

Realmente, o naturalismo quineano nos mostrou como.

Realmente, o naturalismo nos mostrou que as palavras, a linguagem, são nossos instrumentos privilegiados a partir dos quais podemos relatar nossa experiência de mundo. Mostrou-nos, não menos, que, uma vez rejeitadas as pretensões de uma descrição absoluta da realidade, uma vez rejeitado esse papel “essencialista” da linguagem, nem por isso a linguagem precisa ser reduzida a um papel “meramente instrumentalista”, no sentido de que à linguagem, às teorias, estaria retirada a possibilidade, a capacidade de, legitimamente, descreverem o mundo, a realidade.

Em ainda outras palavras, Quine nos convence de que não é porque abandonamos toda pretensão absoluta de conhecimento, não é porque abandonamos toda pretensão de espelhar a natureza através de nossos discursos ou teorias, que devemos abandonar a idéia de que podemos descrever, com essas mesmas palavras e teorias, o que entendemos como sendo a realidade.

“Não existe realidade não conceitualizada”, repete Quine, querendo apontar com isso o fato inexorável de que são essas palavras, são os conceitos de nossas melhores teorias, os responsáveis pela descrição do mundo e de seus objetos. É, afinal, através dessas palavras, dessas noções — endossadas por razões claramente reconhecíveis (por exemplo, por sua capacidade de sistematizar a nossa experiência de mundo) — que descrevemos a realidade e dizemos o que existe. Não a realidade em si mesma. Não a descrição absoluta e plena da realidade — visto que naturalistas e pragmatistas já abdicaram das pretensões absolutas de justificação disso que chamamos nosso conhecimento — mas ainda assim a realidade.

Vemos assim que Quine — e, por afinidade, o pragmatismo (aqui representados na figura de Rorty) — podem assumir uma peculiar e renovada postura realista. Um realismo que se opõe, ao mesmo tempo, ao realismo e anti-realismo científicos. Mas, ainda assim, um realismo.

O que tivemos oportunidade de ver, assim, é que, com o naturalismo quineano, nós podemos, sim, falar de conhecimento e de crença. Conhecimento do mundo, crença na realidade de seus objetos. A diferença é que, para Quine, isso não implica nenhuma garantia absoluta. As garantias são internas ao método científico, falível por certo, virtualmente em perpétuo desenvolvimento. A diferença é que Quine renuncia — e o faz desde o ponto de partida — àquele conhecimento absoluto, final. Recusa mesmo a idéia daquele conhecimento que, embora falível, pretende estar indo na direção do conhecimento absoluto, final, definitivo. A ele assim renunciando, bem como a qualquer projeto fundacionista, Quine fica com as verdades internas às melhores teorias de que o homem dispõe em sua renovada tentativa de dar conta do mundo, de sua experiência. Com o naturalismo, Quine consegue reorientar o empirismo tradicional e escapar de seus dogmas. Incidentalmente, ou melhor,

necessariamente, nessa reorientação do empirismo, ele também reorienta o realismo em ciência e nos permite adotar uma posição realista em ciência que é não-dogmática. Em Quine, crença e conhecimento são possíveis, mas nem por isso são definitivos, absolutos; eles são sem dogmas.

* * *

Referência Bibliográfica

- BOYD, R. (1984). "The Current Status of Scientific Realism". In: LEPLIN, J (ed.). *Scientific Realism*. Berkeley: University of California Press, pp. 41-82.
- _____. (1990). "Realism, Approximate Truth And Philosophical Method", in: SAVAGE, W (ed.) *Scientific Theories*, Minnesota Studies in the Philosophy of Science, vol. XIV, University of Minnesota Press, Minneapolis, pp. 355-391.
- BULCÃO NASCIMENTO, M. (2007). "Relatividade Ontológica e Subdeterminação; Naturalismo e Pirronismo". In: *DoisPontos* (UFPR), v. 4, p. 133-158.
- _____. (2008). *O Realismo Naturalista de Quine: crença e conhecimento sem dogmas*. Campinas: Coleção CLE/UNICAMP, v. 51.
- MURPHY, J. (1993). *O Pragmatismo*. Coimbra: Edições ASA.
- PORCHAT PEREIRA, O. (1995). "Realismo, Verdade, Ceticismo", In: *Discurso*, n. 25. São Paulo: Discurso Editorial, pp. 7-67.
- _____. (2001). "Ainda é preciso ser cético", In: *Discurso* n. 32. São Paulo: Discurso Editorial. Pp. 9-30.
- QUINE, W. V. (1953). *From a Logical Point of View*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- _____. (1960). *Word and Object*. Cambridge: M.I.T. Press.
- _____. (1966). *The Ways of Paradox and Other Essays*. New York: Random House.
- _____. (1969). *Ontological Relativity and Other Essays*. New York: Columbia University Press.
- _____. (1975a). "On Empirically Equivalent Systems of the World". In: *Erkenntnis* n. 9. Pp. 313-328.
- _____. (1975b). "The Nature of Natural Knowledge". In: GUTTENPLAN, S. (ed.) *Mind and Language*. Oxford: Clarendon Press, pp. 67-81.
- _____. (1976). *The Ways of Paradox and Other Essays* (Revised and Enlarged Edition). Cambridge, Massachusetts and London: Harvard University Press.
- _____. (1981). "The Pragmatist's Place in Empiricism". In: MULVANEY, R. J. and ZELTNER, P. M. (eds.). *Pragmatism: its sources and prospects*. Columbia: University of South Carolina Press, pp. 21-39.
- _____. (1987). "Reply to J. J. C. Smart's 'Quine on space-time'". In: SCHILPP, P.A.; HÁN, L.E. (eds.). *The Philosophy of W. V. Quine*. La Salle, Illinois: Open Court.
- _____. (1990). *Pursuit of Truth*. Cambridge: Harvard.
- _____. (1992). "Structure and Nature", in: *The Journal of Philosophy*, vol. 89, n. 1, pp. 5-9.
- _____. (1994). *Theories and Things*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- _____. (1995). "Naturalism, or Living within One's Means", in: *Dialectica*, vol. 49, n. 2-4, pp. 251-261.
- RORTY, R. (1995). *Objectivity, Relativism and Truth*. Philosophical Papers, vol. I. Cambridge, Massachusetts: Cambridge University Press.
- VAN FRAASSEN, B. (1980). *The Scientific Image*. Oxford: Clarendon Press.